

TERMO DE ADESÃO

Termo de Adesão do Ministério Público do Estado do Amapá ao Acordo de Cooperação Técnica de 13 de junho de 2017, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público, o Ministério Público Federal e o Banco do Brasil S.A., para disponibilização, pelo banco, do módulo RPG – Repasse de Recursos de Projetos de Governo no aplicativo Autoatendimento Setor Público, que objetiva possibilitar acesso a saldos e extratos das contas específicas de Estados, Municípios, Distrito Federal e Outras Entidades, destinatárias dos repasses de recursos legais e voluntários do Governo Federal.

O **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, inscrito no CNPJ nº 11.439.520/0001-11, com sede no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 2, Lote 3, Brasília-DF, doravante denominado **CNMP**, neste ato representado pela Presidente **RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE**, e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ**, inscrito no CNPJ nº 34.869.354/0001-99, com sede nesta cidade de Macapá, Estado do Amapá, sito à Rua do Araxá, S/N, bairro Araxá, CEP nº 68.903-883, doravante denominado **MPAP**, neste ato representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **MÁRCIO AUGUSTO ALVES**, nomeado pelo Decreto nº 4372, do Governo do Estado do Amapá, de 09 de dezembro de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado do Amapá, Seção nº 6335, de 09 de dezembro de 2016, celebram o presente Termo de Adesão, doravante denominado apenas **TERMO**, com base na legislação aplicável e mediante as cláusulas a seguir especificadas.

Cláusula Primeira

Do Objeto

Este Termo tem por escopo a Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público, o Ministério Público Federal e o Banco do Brasil S.A., celebrado no dia 13 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União nº 114, de 16 de junho de 2017, visando a disponibilização, pelo banco, do módulo RPG – Repasse de Recursos de Projetos de Governo no aplicativo Autoatendimento Setor Público, que objetiva possibilitar acesso a saldos e extratos das contas específicas de Estados, Municípios, Distrito Federal e Outras Entidades, destinatárias dos repasses de recursos legais e voluntários do Governo Federal.

Cláusula Segunda

Das Obrigações

Obrigam-se as partes do presente Termo a respeitar integralmente as condições e/ou procedimentos estabelecidos no Acordo de Cooperação Técnica publicado no Diário Oficial da União nº 114, de 16 de junho de 2017 e no Plano de Trabalho (Anexo II) para o acesso ao módulo RPG – Repasse de Recursos de Projetos de Governo no aplicativo Autoatendimento Setor Público.

Cláusula Terceira

Da Execução e do Acompanhamento

O Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro – LAB-LD, do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ, quando couber, participará da elaboração do Plano de Trabalho e se responsabilizará pelo acompanhamento e fiscalização da execução das ações decorrentes deste Termo, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto.

Cláusula Quarta

Dos Recursos

O presente Termo não gera obrigação pecuniária, sendo celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros, indenizações ou transferências de recursos entre os partícipes, sendo as despesas necessárias à consecução do objeto acordado responsabilidade de cada partícipe no âmbito de sua atuação.

Cláusula Quinta

Da Vigência

O presente Termo vigorará a partir da publicação, pelo Conselho Nacional do Ministério Público, do respectivo extrato no Diário Oficial da União, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93, respeitado o prazo estabelecido na Cláusula Terceira do Acordo de Cooperação Técnica publicado no Diário Oficial da União nº 114, de 16 de junho de 2017.


Cláusula Sexta

Da Denúncia ou Rescisão

Este Acordo poderá ser denunciado ou rescindido por iniciativa de qualquer dos partícipes, a qualquer tempo, por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

E, assim, por estarem de pleno acordo, assinam os respectivos representantes, em 2 (duas) vias.

Brasília-DF, 12 de maio de 2018 .


RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Presidente do Conselho Nacional do Ministério
Público


MÁRCIO AUGUSTO ALVES
Procurador-Geral de Justiça



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



Ministério Público
do Estado do Amapá



**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
EM MATO GROSSO DO SUL**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2018

Processo: 08669.002669/2017-41. CONTRATANTE: Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso do Sul. CNPJ: 00.394.494/0123-04. CONTRATADO: DWAL Locação de Equipamentos de Terraplanagem EIRELI. CNPJ: 20.189.963/0001-92. OBJETO: o presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste anual de acordo com o índice previsto em contrato e a prorrogação de prazo até 26/02/2019. Valor. Não haverá ônus para Administração. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Dec. 5.450/05. Signatários: Luiz Alexandre Gomes da Silva, SRPRF-MS, e Hélio da Silva, DWAL. Locação de Equipamentos de Terraplanagem EIRELI.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2018

Processo: 08669.002680/2017-19. CONTRATANTE: Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso do Sul. CNPJ: 00.394.494/0123-04. CONTRATADO: Auto Socorro Gomes Ltda FPP. CNPJ: 01.972.168/0001-21. OBJETO: o presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste anual de acordo com o índice previsto em contrato e a prorrogação de prazo até 17/02/2019. Valor. Não haverá ônus para Administração. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Dec. 5.450/05. Signatários: Luiz Alexandre Gomes da Silva, SRPRF-MS, e Henrique Gomes Ferreira, Auto Socorro Gomes Ltda EPP.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo n: 08668.005714/2017-29. Objeto: Registro de preços para contratação de serviços de instalação e manutenção de aparelhos de ar condicionado para SRPRF/PI. Pregão Eletrônico n 4/2018-UASG 200127. Ata n 07/2018, vigência: 12/03/2018 a 11/03/2019, fornecedor: CLEYTON MACEDO PEREIRA ALMENDRA, CNPJ 12.528.190/0001-01, Grupo 01, valor total R\$ 59.111,12; e Ata n 08/2018, fornecedor TOP ARCONDICIONADO LTDA-ME, CNPJ 07.111.745/0001-77, vigência: 13/03/2018 a 12/03/2019, Grupo 02, valor total R\$ 19.723,80, Grupo 03, valor total R\$ 23.810,80, Grupo 04, valor total R\$ 28.317,80 e Grupo 05, valor total R\$ 19.573,80.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
NO RIO GRANDE DO SUL**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 8/2018 - UASG 200119

Número do Contrato: 2/2017.
Nº Processo: 0866002807201658.
PREGÃO SISPP Nº 1/2017. Contratante: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA-PÚBLICA. CNPJ Contratado: 09628278000182. Contratado: LABORAL SERVICOS TERCEIRIZADOS -EIRELI. Objeto: Prorrogação da vigência do contrato administrativo 02/2017 pelo prazo de 6 (seis) meses, de 24/03/2018 a 23/09/2018. Fundamento Legal Lei 8.666/93 e legislação correlata. Vigência: 24/03/2018 a 23/09/2018. Data de Assinatura: 12/03/2018.

(SICON - 13/03/2018) 200119-00001-2018NE800002

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE

**AVISO DE ALTERAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 1/2018**

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 13/03/2018 foi alterado. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para reforma da 2ª Delegacia e da Unidade Operacional São Cristóvão da Polícia Rodoviária Federal em Sergipe, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 00002 Novo Edital: 14/03/2018 das 08h30 às 11h30 e de 14h00 às 16h30. Endereço: Av. Maranhão, 1890 - Santos Dumont Santos Dumont - ARACAJU - SE. Entrega das Propostas: 23/04/2018 às 10h00.

ORLANDO GENTIL NETO
Pregoeiro

(SIDEAC - 13/03/2018) 200130-00001-2018NE800072

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO TOCANTINS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2018 - UASG 200139

PREGÃO SRP Nº 11/2017. Contratante: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - CNPJ Contratado: 02.336.168/0001-06. Contratado: K.C.R. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP. Objeto: Contratação de serviços de aquisição com montagem e instalação de Balança Rodoviária em estrutura metálica, visando atender às necessidades da Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Tocantins. Fundamento Legal Lei 8.666/93 e legislação correlata. Vigência: 09/03/2018 a 09/06/2018. Valor Total: R\$ 243.000,00. Data de Assinatura: 08/03/2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032018031400154

Conselho Nacional do Ministério Público

EXTRATO DE ADESAO

Processo 19.00.6620.0005140/2017-84. Espécie: Termo de Adesão do Ministério Público do Estado do Amapá ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional do Ministério Público, o Ministério Público Federal e o Banco do Brasil. Objeto: Disponibilização do módulo "Repasso de Recursos de Projeto de Governo - RPG", por meio do Aplicativo Autoindicando Setor Público, para possibilitar o acesso das unidades e dos ramos do Ministério Público a saldos e extratos das contas específicas de Estados, Municípios, Distrito Federal e outras entidades, abertas automaticamente junto ao Banco do Brasil e vinculadas às transferências legais e voluntárias de recursos federais. Data de assinatura: 12 de março de 2018. Signatários: Raquel Elias Ferreira Dodge, Procuradora-Geral da República e Presidente do CNMP, e Márcio Augusto Alves, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amapá.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

O PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CNMP Nº 8/2017. Processo: 19.00.1500.0000274/2018-04. Contratante: Conselho Nacional do Ministério Público. CNPJ 11.439.520/0001-11. Contratada: Dimpli Sistemas e Serviços de Informática Fireli. CNPJ: 19.594.684/0001-25. Objeto: I - Prorrogar o prazo de vigência do contrato por 12 meses, compreendendo o período entre 01/06/2018 e 01/06/2019; e II - Alterar o conteúdo da Cláusula Dez - DA GARANTIA. Valor: R\$ 226.119,36 (duzentos e vinte e seis mil, cento e dezoito reais e trinta e seis centavos). Data de Assinatura: 12/03/2018. Signatário da Contratante: Humberto de Campos Costa. Signatário da Contratada: Diogo Martins Robeiro.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

O 2º TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, DE 15 DE MARÇO DE 2016 PROCESSO 19.00.4006.0001374/2018-32 ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação de 15 de março de 2016, firmado entre o CNMP e o MP/MG. OBJETO O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Acordo de Cooperação Técnica CNMP/MPMG, por mais 2 (dois) anos, compreendendo o período entre 15/03/2018 e 15/03/2020, nos termos previstos na Cláusula Quinta do instrumento original, com o objetivo de promover a continuidade do desenvolvimento de projetos interinstitucionais e em parceria com os movimentos sociais, visando o aprimoramento da atuação do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais, conforme Plano de Trabalho para o período DATA DE ASSINATURA, 14 de março de 2018. SIGNATÁRIOS: pelo CNMP: Raquel Elias Ferreira Dodge, Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público; pelo MP/MG: Antônio Sergio Tonet, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Ministério Público da União

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 755/2018

Termo de Credenciamento nº 755/2018, celebrado entre o Ministério Público da União e BRUNO TORRES BEZERRA. Objeto: Prestação de serviços odontológicos aos membros, servidores e respectivos dependentes, bem como aos pensionistas do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Conselho Nacional do Ministério Público, por um período de sessenta meses, a partir da assinatura do credenciamento. Modalidade: Inevigibilidade de licitação - "Caput" do artigo 25 da Lei 8.666/93. Elemento de despesa no MPF: 33.90.36. Programa de Trabalho no MPF: 03.301.0581.2004.0001. Nota de Empenho no MPF: 2017NE000024, de 26/01/2017. Elemento de despesa no MPT: 33.90.36. Programa de Trabalho no MPT: 03.301.0581.2004.0001. Nota de Empenho no MPT: 2017NE000030, de 16/01/2017. Elemento de despesa no MPME: 33.90.36. Programa de Trabalho no MPME: 03.301.0581.2004.0001. Nota de Empenho no MPME: 2017NE000036, de 04/01/2017. Elemento de despesa no MPDFT: 33.90.36. Programa de Trabalho no MPDFT: 03.301.0581.2004.0053. Nota de Empenho no MPDFT: 2017NE000028, de 15/03/2017. Elemento de despesa no CNMP: 33.90.36. Programa de Trabalho no CNMP: 03.301.2100.2004.5664. Nota de Empenho no CNMP: 2017NE000364, de 21/02/2017.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 766/2018

Termo de Credenciamento nº 766/2018, celebrado entre o Ministério Público da União e MORAES F ROCHA - CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA - ME. Objeto: prestação de serviços de Fisioterapia. Processo: 1.29.000.001898/2017-16. Elemento de despesa: 33.90.39 Programa de Trabalho: 03301058120040001. Nota de Empenho: 2017NE000311, de 09/02/2017. Vigência: 28/02/2018 a 27/02/2023. Assinatura: pelo Credenciante, MARCIUS CORREIA LIMA e ELIS REGINA ROCHA e HÉLIO VIEIRA DE MORAES, pelo Credenciado.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Contratantes: União Federal, por intermédio do Ministério Público Federal - MPF, e Anabim Assessoria Nacional de Gestão Pública e Meio Ambiente Ltda (CNPJ: 74.634.767/0001-09). Objeto: Contratação de remanescente de empresa especializada na área de saúde para a realização de exames periódicos de avaliação clínica, genealógica e oftalmológica e exames por imagem e laboratoriais para membros e servidores do quadro de pessoal permanente do MPF. Valor total: R\$ 507.896,49 (quinhentos e sete mil, oitocentos e noventa e seis reais e quarenta e nove centavos). Fundamento Legal: Art. 24, XI, da Lei nº 8.666/1993. Ratificação: Autoridade Superior - Artigo 26, da Lei nº 8.666/93 - Cláudia Roque, Secretária-Geral Adjunta do MPF. Processo: 1.00.000.022423/2017-81.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**AVISO DE ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2017 UASG 200100**

Processo Nº 1.00.000.021155/2017-81

A Procuradoria Geral da República torna público que o objeto do pregão supracitado foi adjudicado à empresa JOEL BENTO DOS SANTOS - ME. CNPJ: 22.514.474/0001-94, para o item I, pelo critério de menor preço.

PAULO VICTOR TEIXEIRA DA FONSECA
Coordenador de Licitações e Disputas Eletrônicas

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 11/2015. Contratantes: Ministério Público Federal e Original Dedetrazadora EIRELI - ME. CNPJ 08.685.242/0001-78. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência por mais 12 meses. Vigência: de 19/03/2018 até 18/03/2019. Data de Assinatura: 21/02/2018. Valor Global do Contrato: R\$ 107.207,28. Valor Total do Termo Aditivo: R\$ 27.759,68. Nota de Empenho: 2018NE000074, de 16/12/2018. Programa de Trabalho: 03062058142640001. Elemento de Despesa: 3.3.90.39. Signatários: pelo Contratante, Denise Christina de Rezende Nicolajns, Secretária de Administração; e pela Contratada, Antonio dos Santos Oliveira, Sócio. Processo MPF/PGR/PGEA: 1.00.000.001357/2018-97.

**PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA
DA 3ª REGIÃO**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2018

CONTRATANTE: União Federal, por intermédio da Procuradoria Regional da República da 3ª Região. CONTRATADA: TASK Sistemas de Computação S/A (CNPJ: 28.708.477/0001-45). Objeto: Prestação de serviços de Manutenção do Sistema para Controle de Acesso (Foracesso). Valor Global Anual: R\$ 11.853,00. Natureza da Despesa: 3.3.90.40-08 do programa de trabalho 03062058142640001 089954 (CONTRATEST2). Nota de Empenho: 2018NE000048, emitida em 26/01/2018. Vigência: de 20/02/2018 a 19/02/2019. Assinatura: 20/02/2018. Processo nº 1.03.000.002696/2017-06. Fundamento Legal. Inciso I do Artigo 25 da Lei nº 8.666/93.

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DA BAHIA**

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

**AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 2/2018**

A Procuradoria da República na Bahia torna pública a retificação do resultado de julgamento, relativo ao referido Pregão, publicado no Diário Oficial da União, Seção 03, página 127, do dia 26/02/2018. Passando a valer o seguinte: a empresa vencedora para o Grupo 01, foi a empresa COMERCIAL SANTANA WERNICK LTDA-ME, CNPJ: 11.186.469/0001-83, com o valor global para o lote de R\$ 30.665,50, para o Grupo 02 a empresa CASA ATLANTICO EIRELI-ME, CNPJ: 22.505.764/0001-71, com o valor global para o lote de R\$ 21.177,55 e para o Grupo 03 a empresa ALTJAN COMÉRCIO DE PRODUTOS DE CONSUMO EIRELI, CNPJ: 06.191.680/0001-54, com o valor global para o lote de R\$ 13.356,50. O item 38 foi declarado fracassado.

GRASIELE LIMA
Pregoeira

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DO CEARÁ**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 07/2017. Contratantes: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Ceará, e a empresa Telemar Norte Leste S/A (em Recuperação Judicial). Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual e reajuste dos preços contratados. Fundamentação legal: Cláusulas Quinta e Nona do contrato e art. 57, II, da Lei nº

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

